



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
CNPJ 00.399.857/0001-26



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
Em 30 setembro de 2021**

## SUMÁRIO

### NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto Operacional .....	3
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis.....	3
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....	4
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas .....	5
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo .....	6
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo .....	8
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes .....	9
NOTA 8 – Imobilizado.....	10
NOTA 9 – Intangível .....	11
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial.....	11
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar .....	12
NOTA 12 – Obrigações Fiscais.....	13
NOTA 13 – Demais Obrigações.....	13
NOTA 14 – Obrigações a Longo Prazo.....	15
NOTA 15 – Patrimônio Líquido .....	16
NOTA 16 – Receita Líquida .....	18
NOTA 17 – Despesas Administrativas.....	18
NOTA 18 – Outras Despesas .....	19
NOTA 19 – Outras Receitas .....	19
NOTA 20 – Despesas/Receitas Financeiras.....	20
NOTA 21 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas .....	21
NOTA 22 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	22
NOTA 23 – Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	22
NOTA 24 – Demonstração do Valor Adicionado.....	22
NOTA 26 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf-Saúde .....	23
NOTA 27 – Entidade Fechada de Previdência Privada .....	23

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 3º TRIMESTRE DE 2021

### NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, criada pela Lei nº 6.088/1974 e suas alterações, é ainda regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Também visa a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Desta forma, cumpre sua função social que é o desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribui para a redução das desigualdades regionais, estando suas competências definidas no artigo 6º do seu Estatuto Social.

Em 08 de novembro de 2021, a Administração da Codevasf autorizou a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras intermediárias.

### NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período, e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada;
- b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;
- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;
- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;
- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;

- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais destinados a fins administrativos), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;
- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência;
- j) As Perdas Estimadas de Valores a Receber são calculadas considerando a Tarifa D'água-K1 e a Titulação de Terras;
- k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear;
- l) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional, e em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

## **BALANÇO PATRIMONIAL**

### **NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

<b>Descrição</b>	<b>30-set-2021</b>	<b>31-dez-2021</b>
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	42.020.400,29	39.695.076,70
Demais Bancos	62.284,83	31.591,23
Fundo de Aplicação - Extra mercado	51.333.349,47	51.333.349,47
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	88.304.765,45	34.154.169,09
<b>Total</b>	<b>181.720.800,04</b>	<b>125.214.186,49</b>

- a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados - são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, se encarrega da metodologia de aplicação.
- b) Demais Bancos: trata das Instituições Bradesco e Caixa Econômica Federal – CEF, com saldos na conta corrente em março/2021 nos valores de R\$ 0,16 e R\$ 62.284,67 respectivamente.

A conta na CEF é utilizada para o recebimento de valores decorrentes da venda de imóveis funcionais. A conta bancária mantida no Bradesco destina-se à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Programa de Transposição do Nordeste Setentrional – PISF.

A abertura da conta no Banco Bradesco, deve-se ao fato de a Codevasf aderir ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Essa é uma condição obrigatória aos participantes desse mercado. A

movimentação de recursos da conta Bradesco deixou de ser registrada em Demais Bancos, passando a ter seus registros efetuados na conta Fundo de Aplicação – Extra Mercado.

c) Fundo de Aplicação – Extra Mercado: Os valores demonstrados decorrem dos créditos efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em favor da Codevasf. O saldo na conta bancária do Bradesco em 30/09/2021 é de R\$ 183.995.386,72. Desse montante, R\$ 49.948.528,07 estão reconhecidos como Fundo de Aplicação – Extramercado.

A Codevasf vem realizando tratativas junto à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e à Secretaria do Orçamento Federal – SOF, ao Banco Bradesco e à CCEE, relativas à manutenção da conta bancária no Banco Bradesco e dos créditos efetuados pela Câmara de Comercialização.

A SOF está analisando as informações disponibilizadas para definir a adequada classificação orçamentária dos créditos na conta bancária e da adequada Fonte de Recursos (Fonte Tesouro, ou Fonte Própria). Por sua vez, a STN está em elaboração do roteiro de contabilização.

d) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S. – são os recursos do Tesouro, tanto para pagamento a fornecedores diversos, quanto os que a Codevasf arrecada e repassa.

#### NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	30-set-2021	31-dez-2020
Faturas/Duplicatas a receber	77.379.293,14	68.108.072,86
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	-8.632.363,43	-8.872.431,01
<b>Total</b>	<b>68.746.929,71</b>	<b>59.235.641,85</b>

a) faturas a receber: O faturamento dos títulos a receber decorrentes da Tarifa D'água K1, tem como base o que estabelece o inciso I do art. 43 do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984 e inciso II do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, e Portarias anuais do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

O aumento apresentado decorre registro de faturamento K1 de tarifa d'água, exercício 2020 e registro proporcional de 2021, após consolidação dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de Tarifa D'água K1, pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020.

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo: Faturas, da tabela 2

Descrição	30-set-2021
(-) Recebimentos	-5.119.029,30
(+) Faturamento Tarifa D'Água 2020	8.121.223,64
(+) Faturamento Tarifa D'Água 2021	5.752.092,40
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	516.933,54
<b>(=) líquido</b>	<b>9.271.220,28</b>

b) Ajuste para Perdas Estimadas: A metodologia de apuração de perdas estimadas ocorreu com base no Pronunciamento CPC 48. Contempla, com base no relatório de inadimplência, os títulos em atraso nos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas e físicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

### NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almoxarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas.

As tabelas 03 a 07 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 108.038.079,61. O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

#### 5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de suprimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipado	1.109.946,41	1.862.847,09
Adiantamento Concedido	88.015,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.197.961,41</b>	<b>1.862.847,09</b>

a) Salários e ordenados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

b) Adiantamento Concedido trata de valores disponibilizados aos detentores do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (suprimento de fundos).

#### 5.2 Tributos a Recuperar/Compensar

Todos os valores estão em processo de restituição, via Perd/Comp, aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Nos meses agosto e setembro de 2021 foram creditados para a Codevasf restituições de saldos negativos de IRPJ/CSLL, homologados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente aos anos de 2012 a 2015, no total de R\$ 1.712.277,47. Dossiê nº 10010.101168.0819.99.

Tabela 4 – Tributos a Recuperar/Compensar

Descrição	30-set-21	31-dez-20
IRRF a Compensar	4.205.914,86	5.918.192,33
COFINS a. Recuperar / Compensar	4.530,36	4.530,36
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	981,78	981,78
IR E CSLL a Recuperar / Compensar	7.624,61	14.048,78
<b>Total</b>	<b>4.219.051,61</b>	<b>5.937.753,25</b>

### 5.3 Outros Créditos a Receber

Tabela 5 – Outros Créditos a Receber

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	385.370,20	385.370,20
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	9.365.465,16	9.133.659,75
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	191.225,99	42.797,22
Títulos a receber	79.431.775,15	77.738.302,82
<i>Titulação de Terras</i>	78.122.454,42	76.424.603,34
<i>Outros Valores a Receber</i>	1.309.320,73	1.313.699,48
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	-9.948.668,04	-16.006.318,88
Devedores por Transferências Voluntárias	1.187.469,59	816.250,45
Termo Execução Descentralizada – TED	21.346.510,79	20.163.512,90
Remuneração da Conta Única a Receber	88.060,30	71.362,75
Valores a Rec. por Devolução Desp. Estornadas	1.105,00	0,00
<b>Total</b>	<b>102.048.314,14</b>	<b>92.344.937,21</b>

a) Títulos a receber: Compreende valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) e Outros Valores a Receber com multas contratuais decorrentes de notas de débitos e outros valores administrativos a receber.

O aumento apresentado sobre Titulação de Terras refere-se à reclassificação contábil dos valores a receber a longo prazo para o curto prazo, ocorrida em janeiro/2021 e faturamento apropriado no período.

Tabela 5.1 – Movimentação Títulos a Receber, da tabela 5

Descrição	3º TRIM/2021	2020
<b>Saldo</b>	<b>77.738.302,82</b>	<b>73.946.305,00</b>
(+) Reclassificação LP p/ CP	2.289.411,13	3.129.174,09
(-) Recebimentos	-5.705.845,88	-3.437.444,07
(+) Faturamento Titulação	5.124.496,72	4.155.517,45
(-) Baixa por Renegociação	0,00	-40.887,57
(+) Notas de Débitos	-14.589,64	-14.362,08
<b>(=) Líquido</b>	<b>79.431.775,15</b>	<b>77.738.302,82</b>

b) Ajustes para perdas: A redução decorre, de forma substancial, pela reversão da provisão ocorrida no 3º trim/2021.

b) Devedores por Transferências Voluntárias – Diversas entidades: Valores a receber apurados em Tomadas de Contas Especiais – TCE, decorrentes de transferências voluntárias (convênios e termos de compromissos).

Os valores apurados em favor da Codevasf são pagos de forma parcelada, conforme previsto nos Termos de Confissão de Dívida. O aumento decorre de um novo registro de parcelamento de dívida, em nome da Secretaria Estadual de Defesa Civil do Estado do Piauí.

c) Termo de Execução Descentralizada – TED: A Codevasf, na qualidade de descentralizadora dos créditos orçamentários e dos recursos, efetuou transferências a título de TED, até 3º trimestre de 2021, no valor de R\$ 1.182.997,89 à Universidade Federal de Viçosa/MG, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

d) Remuneração da Conta Única a Receber: Trata-se de direito a receber, apropriado pelo regime de Competência, referente a remuneração dos recursos da Codevasf, aplicados via Conta Única do Tesouro. A redução observada no período ocorreu com a baixa desse direito em função do recebimento dos rendimentos dessa aplicação financeira, na Conta Única do Tesouro Nacional.

## 5.5 Estoques de Almojarifado:

Tabela 6 – Almojarifado

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Materiais de Consumo	423.239,63	462.882,73
<b>Total</b>	<b>423.239,63</b>	<b>462.882,73</b>

## 5.6 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar, contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 7 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Assinaturas e anuidades a apropriar	16.849,51	47.073,08
Prêmios de seguros a apropriar	98.361,40	90.999,18
Tributos pagos a apropriar	34.301,91	21.836,65
<b>Total</b>	<b>149.512,82</b>	<b>159.908,91</b>

## NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

### 6.1 Faturas/Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 8 – Faturas/Duplicatas

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Clientes	1.753.729,61	1.659.131,13
<b>Total</b>	<b>1.753.729,61</b>	<b>1.659.131,13</b>

Ocorreu reclassificação contábil de valores do longo prazo para curto prazo, registradas em janeiro/2021 e, ainda, atualização do faturamento.

## 6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 9 – Demais Créditos e Valores

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	64.583,84	64.583,84
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	39.418.457,61	39.418.457,61
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	-39.483.041,45	-39.483.041,45
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31.334.995,47	27.448.218,42
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	23.295.725,64	20.693.999,71
<b>Total</b>	<b>54.630.721,11</b>	<b>48.142.218,13</b>

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: Os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na Justiça, decorrentes da interposição de recurso, relativos a ações cíveis e trabalhistas.

c) Outros Créditos e Valores: Trata-se de títulos a receber das Unidades Parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos. A variação observada decorre, conforme demonstrado na tabela 9.1, da reclassificação de títulos do longo para o curto prazo ao longo do período e do faturamento gerado para o Perímetro Irrigado de Maria Tereza, em Pernambuco, no valor de R\$ 3.790.920,89.

Tabela 9.1 – Movimentação Outros Créditos e Valores, da Tabela 9

Descrição	30-set-2021
(-) Reclassificação LP p/ CP	-2.289.411,13
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação LP	4.891.137,06
<b>(=) Líquido</b>	<b>2.601.725,93</b>

## 6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Celpe, Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 – Títulos Públicos – Letras Especiais

NTN-P		
Vencimento	30-set-21	31-dez-20
2030	85.756,86	82.090,71
<b>Total</b>	<b>85.756,86</b>	<b>82.090,71</b>

### NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo Método de Custo, por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciaram nos resultados da Companhia ao final do exercício.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES comunicou a Codevasf a alienação de 22.777 ações da participação acionária da Empresa na Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, sendo baixado dos Investimentos R\$ 58.793,23. Para os demais investimentos não houve, no período, alienação das ações.

Tabela 11 – Entidades Investidas

<b>Entidade Investida</b>	<b>Custo Original</b>
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487,27
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.092,77
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.937,88
Companhia Agrícola de Sergipe - COMASE	104.443,51
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675,53
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.415,79
Agro Industrias do Vale do São Francisco	977.961,89
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029,19
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraima	44.103,95
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Estreito	2.000,00
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.301,89
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba I	3.547,82
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	241,01
<b>Total</b>	<b>2.489.238,50</b>

### **NOTA 8 – Imobilizado**

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão.

A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

Frisa-se que a Codevasf, para utilizar as atuais taxas de depreciação, leva em consideração o custo/benefício. O custo com o controle será maior que o benefício trazido pela não adoção da atual tabela, isto é, o custo para implementar uma nova tabela de depreciação e de vida útil econômica estimada, no atual cenário, é mais oneroso, tendo em vista que a empresa está presente em 11 (onze) unidades da federação.

Tabela 12 – Imobilizado

<b>Imobilizado</b>	<b>31-dez-2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30-set-2021</b>	<b>AH%</b>
Bens Móveis	325.225.792,08	429.391.013,48	-236.627.734,84	517.989.070,72	59,27
<b>Total de Bens Móveis (1)</b>	<b>325.225.792,08</b>	<b>429.391.013,48</b>	<b>-236.627.734,84</b>	<b>517.989.070,72</b>	<b>59,27</b>
Bens Imóveis	38.854.889,50	187,38	-187,38	38.854.889,50	0,00
<i>Obras em Andamentos</i>	<i>1.830.037.649,27</i>	<i>301.303.983,13</i>	<i>-2.665.129,76</i>	<i>2.128.676.502,64</i>	<i>16,32</i>
<i>Estudos e Projetos</i>	<i>116.591.320,37</i>	<i>6.721.729,79</i>	<i>-648,82</i>	<i>123.312.401,34</i>	<i>5,76</i>
<i>Instalações</i>	<i>256.047.013,56</i>	<i>2.028.201,56</i>	<i>0,00</i>	<i>258.075.215,12</i>	<i>0,79</i>
<i>Instalações Codevasf</i>	<i>51.822,54</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>51.822,54</i>	<i>0,00</i>
<i>Instalações Projetos</i>	<i>255.995.191,02</i>	<i>2.028.201,56</i>	<i>0,00</i>	<i>258.023.392,58</i>	<i>0,79</i>
<b>Total de Bens Imóveis (2)</b>	<b>2.241.530.872,70</b>	<b>310.054.101,86</b>	<b>-2.665.965,96</b>	<b>2.548.919.008,60</b>	<b>13,71</b>
Depreciação Bens Móveis	-58.814.794,64	-37.127.620,45	22.647.358,20	-73.295.056,89	24,62
Depreciação Imóveis	-22.678.397,36	-468.732,87	0,00	-23.147.130,23	2,07
<b>Total Depreciação (3)</b>	<b>-81.493.192,00</b>	<b>-37.596.353,32</b>	<b>22.647.358,20</b>	<b>-96.442.187,12</b>	<b>18,34</b>
<b>Total Imobilizado (4) = 1+2+3</b>	<b>2.485.263.472,78</b>	<b>701.848.762,02</b>	<b>-216.646.342,60</b>	<b>2.970.465.892,20</b>	<b>19,52</b>

Até 3º trimestre de 2021, as aquisições e baixas totalizaram R\$ 500.151.414,54 (não considerada a depreciação). Em Bens Móveis, ocorreu aumento devido aquisição veículos de tração mecânica e máquinas e utensílios agropecuários/Rodoviários, para apoio de projetos de Desenvolvimento Sustentável Nacional e novos escritórios de apoio.

A adição em Bens Imóveis, o destaque é para Obras em Andamento e Instalações. Para Obras em Andamento, Estudos e Projetos e Instalações (projetos) não há incidência de depreciação.

### NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de Amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Tabela 13 – Intangível

<b>Descrição</b>	<b>31-dez-2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30-set-2021</b>
Software com Vida Útil Definida	2.643.010,88	483.469,88	-332.031,92	2.794.448,84
Software com Vida Útil Indefinida	1.389.636,82	2.486.459,93	-54.771,84	3.821.324,91
Amortização Acumulada	-1.241.308,92	-412.218,96	8.001,84	-1.645.526,04
<b>Total</b>	<b>2.791.338,78</b>	<b>2.557.710,85</b>	<b>-378.801,92</b>	<b>4.970.247,71</b>

O aumento apresentado em software com vida útil indefinida, até o 3º trim/2021, refere-se à aquisição de 412 licenças do Software Microsoft Windows Server, para os servidores de rede, e softwares para projetos de dimensionamento de redes de esgoto.

### NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial

Salários a pagar: Folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 14 e 15, a seguir:

Tabela 14 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Salários, Remunerações e Benefícios	15.743.245,04	17.560.487,49
Décimo Terceiro Salário a Pagar	6.601.743,17	0,00
Entidade de Previdência	2.184.075,43	590.153,05
Férias a pagar	25.774.227,61	25.875.158,57
FGTS	5.491.646,34	2.069.941,12
INSS	15.405.653,22	5.838.404,55
<b>Total Obrigações Trabalhistas</b>	<b>71.200.590,81</b>	<b>51.934.144,78</b>

a) Décimo Terceiro Salário a Pagar: O saldo, ao final do período, decorre das antecipações do 13º salário em função de férias.

b) Entidade de Previdência Complementar: Trata-se do valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BDI, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

Em janeiro de 2021 foi efetuada a reclassificação contábil do saldo em previdência complementar, do longo prazo para o curto prazo, referente exercício de 2020. Cabe destacar que a reclassificação ocorre anualmente, e o valor da provisão na obrigação de curto prazo baixa à medida que se efetua o pagamento à Fundação São Francisco.

A reclassificação foi de R\$ 7.081.836,60. Com as baixas da provisão no período, o saldo restou em R\$ 1.593.922,38.

Tabela 15 – Entidade de Previdência

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Entidade de Previdência Complementar	1.549.783,12	0,00
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	634.292,31	590.153,05
<b>Total</b>	<b>2.184.075,43</b>	<b>590.153,05</b>

c) INSS: o saldo compõe-se da provisão do encargo mais o valor apropriado correspondente ao mês de setembro/2021, o qual será recolhido no mês subsequente. Em relação a dezembro/2020, o saldo refere-se somente à provisão.

### NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A tabela 16 apresenta relação com os maiores fornecedores. Os dados estão relacionados por ordem decrescente de valor a pagar.

Tabela 16 – Fornecedores 2021

Seq.	Descrição	30-set-21
1	Deva Veículos Ltda.	12.742.581,11
2	XCMG Brasil Industria Ltda.	11.376.627,75
3	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 3.000.000,00 e 5.000.000,00	19.686.435,89
4	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 2.000.000,00 e R\$ 3.000.000,00	8.116.145,81
5	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 2.000.000,00	16.903.727,60
6	Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000,00	24.492.186,39
<b>Total</b>		<b>93.317.704,55</b>

Ao final do 3º trimestre de 2021 ainda se verifica diferença substancial na comparação com o exercício encerrado de 2020. Esse aumento decorre da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas destinados ao atendimento de diversos municípios e comunidades rurais no âmbito da área de atuação da Codevasf.

Em relação ao 2º trim/2021, no 3º trim/2021 há aumento de R\$ 11.802.381,94 em fornecedores a pagar, referente a aquisição de caminhões pipa e basculantes e pavimentação asfáltica urbana e rural.

Tabela 16.1 – Redução Fornecedores a Pagar

Descrição	30-set-21	30-jun-21
Fornecedores a pagar	93.317.704,55	81.515.322,61
<b>Total</b>	<b>93.317.704,55</b>	<b>81.515.322,61</b>

A tabela 17, apresenta relação com os maiores fornecedores apurados no exercício encerrado de 2020. Os dados estão relacionados por ordem decrescente de valor a pagar.

Tabela 17 – Fornecedores 2020

Seq.	Descrição	31-dez-20
1	Goetze Lobato Engenharia S/A	3.787.446,26
2	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 2.000.000,00 e 3.000.000,00	4.175.368,60
3	<i>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 2.000.000,00</i>	9.103.760,93
4	<i>Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000,00</i>	15.692.101,06
<b>Total</b>		<b>32.758.676,85</b>

## NOTA 12 – Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações da empresa relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo, referindo-se, no período, à taxa de licenciamento ambiental para obras de reabilitação de canais do Projeto Boacica e Itiúba, no estado de Alagoas, taxa de funcionamento de escritório de representação e taxas aeroportuárias.

## NOTA 13 – Demais Obrigações

Registra os valores a pagar não inclusos nas rubricas anteriores. São os seguintes, conforme demonstrados nas tabelas 18 e 19:

Tabela 18 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Convênios e Instrumentos congêneres a pagar	0,00	134.888.542,92
Transferências Discricionárias a Pagar	126.252.362,65	0,00
Diárias a pagar	80.858,69	10.656,66
Incentivos a Educação, Cultura e outros	26.050,00	0,00
Ordens Bancárias Canceladas	110.140,34	0,00
Saque - Cartão de Pagamento do Governo Federal	57.807,13	0,00
Fatura – Cartão de Pagamento do Governo Federal	1.325,40	714,00
Indenizações, Restituições e Compensações	81.045,54	1.209.655,58
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	2.561.022.194,21	2.042.407.521,21
<b>Total</b>	<b>2.687.631.783,96</b>	<b>2.178.517.090,37</b>

a) Convênios e Instrumentos congêneres: Recursos a transferir a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, a título de transferências voluntárias. Em 2021 houve alteração do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP (o qual a estatais dependentes devem observar), alterando a conta contábil de registro das transferências voluntárias, passando de Convênios e Instrumentos Congêneres para Transferências Discricionárias a Pagar.

a.1) Transferências Discricionárias a Pagar – Conta recém-criada no PCASP, para se registrar as transferências voluntárias. Não há alteração de roteiro contábil, mas apenas a alteração da conta contábil representativa dessas transferências.

b) Incentivos à Educação, Cultura e Outros: Refere-se ao fornecimento do Vale Cultura aos empregados ativos, conforme legislação vigente.

c) Saque – Cartão de Pagamentos do Governo Federal: Refere-se aos valores do cartão de pagamentos disponível para pequenas despesas (Suprimento de Fundos), aguardando prestação de contas.

d) Indenizações e Restituições: Indenizações a pagar decorrentes de rescisão de contrato de trabalho e demais restituições a empregados. Em relação ao Programa de Desligamento Incentivado, o último pagamento ocorreu no mês de julho, conforme previsto no referido Programa.

Tabela 18.1 – Indenizações e restituições

<b>Descrição</b>	<b>30/set/21</b>
<b>Saldo</b>	<b>1.209.655,28</b>
Rescisão Contrato de Trabalho (pagamento RCT – normal até 3º trim/2021)	-1.209.352,81
Restituições diversas a pagar	80.742,77
<b>Total</b>	<b>81.045,24</b>

e) Transferências Financeiras a Comprovar – TED: São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador.

Nesta situação, a Codevasf figura como órgão receptor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, mas uma obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

Tabela 19 – Valores Restituíveis

Descrição	30-set-21	31-dez-20
Retenção Previdenciária - FRGPS	2.421.026,91	2.087.092,54
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	8.157,68	0,00
Indenizações e Restituições Devidas ao Tesouro	187.143,30	0,00
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	4.601.320,56	1.718.823,29
ISS	812.728,61	417.661,22
Pensão Alimentícia	219.395,60	229.698,75
Retenções	4.461.973,84	4.107.275,16
Depósitos Retidos de Fornecedores	23.512,46	0,00
Outros Consignatários	10.306,23	0,00
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	143.561,09	145.740,27
Depósitos de Terceiros	31.024,10	0,00
Depósitos por Devolução de valores não reclamados	216,00	216.148,31
<b>Total</b>	<b>12.920.366,38</b>	<b>8.922.439,54</b>

I) Retenção Previdenciária – FRGPS: Refere-se à retenção do encargo previdenciário – INSS. Os valores em aberto tratam da retenção do encargo sobre notas fiscais de prestadores de serviços.

II) IRRF Devido ao Tesouro Nacional – Refere-se ao Imposto de Renda Retido sobre os prestadores de serviços pessoa física.

III) Indenizações e Restituições Devidas ao Tesouro: O saldo refere-se a contribuição patronal da previdência complementar, em nome da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS.

IV) Impostos e contribuições devidas ao Tesouro: Em função do aumento de serviços prestados à Codevasf, para a execução das ações de desenvolvimento regional, ocorreu maior incidência com impostos e contribuições federais.

V) ISS: Em função do aumento de serviços prestados à Codevasf, para a execução das ações de desenvolvimento regional, ocorreu maior incidência com imposto sobre serviços – ISS.

VI) Outros Consignatários: São retenções incidentes sobre folha de pagamentos e rescisão de contrato de trabalho, decorrentes da participação dos empregados nas despesas com vale-cultura, auxílio-alimentação, vale-transporte.

VII) Depósito de Terceiros: Depósitos de origem desconhecida, efetuados em conta corrente bancária, na Caixa Econômica Federal.

#### **NOTA 14 – Obrigações a Longo Prazo**

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

### 14.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 42 parcelas.

### 14.2 Obrigações Fiscais

Compreende a obrigação da empresa relativa ao PIS/PASEP sobre faturamento referente a intimação nº 455/99, da Secretária da Receita Federal do Brasil, que se encontra na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – com processo sob nº 10166.014511/96-95 PIS/PASEP, estando a inscrição com exigibilidade de crédito suspensa.

### 14.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das Provisões para Contingência Passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da PR/AJ, constante do processo 59500.002811/2013-80. Os riscos cuja materialização seja provável de se realizar são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas.

No período, tendo por base informações apresentadas pelo relatório da Assessoria Jurídica, ocorreram registros de riscos prováveis. Os riscos possíveis são apenas divulgados, conforme tabela abaixo:

Tabela 20 – Riscos de Passivos Contingentes

Descrição	31-dez-20	Adições	Baixas/Reversões	30-set-21
Trabalhista	31.475.293,57	6.401.392,32	-90.947,55	37.785.738,34
Cíveis	167.414.584,69	22.391.387,60	-34.331.417,12	155.474.555,17
<b>Total Riscos Prováveis</b>	<b>198.889.878,26</b>	<b>28.792.779,92</b>	<b>-34.422.364,67</b>	<b>193.260.293,51</b>
Trabalhista	22.054.302,49	8.018.670,27	-10.171.145,86	19.901.826,90
Cíveis	50.026.504,86	391.148.591,62	0,00	441.175.096,48
Tributárias	4.700.637,76	18.834.440,81	0,00	23.535.078,57
<b>Total Riscos Possíveis</b>	<b>76.781.445,11</b>	<b>418.001.702,70</b>	<b>-10.171.145,86</b>	<b>484.612.001,95</b>

Conforme relatado pela Assessoria Jurídica, no 3º trimestre não houveram ingressos de novos processos. A variação deu-se em função da alteração do critério de probabilidade de êxito, bem como à atualização de valores para processos cíveis em andamento.

As ações de riscos prováveis demonstram, no 3º trim/2021, o total de R\$193.260.293,51. Em relação ao trimestre anterior há um aumento de R\$ 10.914.097,57. Os principais aumentos, segundo a Assessoria Jurídica, deram-se em (i)ações trabalhistas de responsabilidade subsidiária e (ii)ações cíveis com convênios e inadimplência e ação de execução de título extrajudicial.

### NOTA 15 – Patrimônio Líquido

**15.1 Capital Social:** O Capital Social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 3.567.791.632,84, representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal (\*).

(\*) Ações nominativas, sem valor nominal: Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

## **15.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC**

Até o 3º trimestre de 2021 foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$ 289.463.586,42.

Por solicitação da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais – SEST, a capitalização com recursos AFAC recebidos no ano de 2020 foi retirada de pauta da Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 20/04/2021.

A Codevasf questionou a SEST, que informou haver necessidade da complementação de informações para nova avaliação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela própria SEST.

Durante o levantamento das informações solicitadas pela SEST, a Coordenação-Geral de Participações Societárias, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/COPAR, solicitou à Gerência de Contabilidade uma conciliação de valores AFAC registrados no Balanço da Codevasf, com os registros existentes na contabilidade daquela Coordenação-Geral.

Essa conciliação é uma determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, fato pelo qual se torna motivo de recusa de proposta de capitalização dos recursos AFAC, caso os valores não estejam equivalentes. A Codevasf identificou as divergências e as informou à STN/COPAR, sendo todas originadas naquela Coordenação-Geral.

Após resposta da COPAR/STN, será elaborada nova proposta de capitalização a ser apresentada aos Órgãos Colegiados da Empresa para deliberação, visando posterior submissão da proposta à Assembleia Geral Extraordinária.

## **15.3 Reservas**

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 1.481,76 em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

*“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.*

## **15.4 Prejuízos Acumulados**

Composição da rubrica Prejuízos Acumulados:

Tabela 21 – Prejuízos Acumulados

<b>Prejuízo Acumulado até 2020</b>	<b>-3.566.845.557,52</b>
(+) Prejuízo do Exercício 2021	-315.291.752,14
(+) Ajuste de Exercício Anteriores 2021	8.121.223,64
(+) Reversão de Reavaliação 2021	1.481,76
<b>(=) Prejuízos Acumulados 3º Trimestre de 2021</b>	<b>-3.874.014.604,26</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

### NOTA 16 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa D'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. O faturamento apresentado em 2021 refere-se aos registros de faturamento/cobrança dos diversos perímetros sobre Tarifa D'Água K1 e Titulação de Terras.

Em relação à Tarifa D'Água K1, após o grupo de trabalho da Codevasf ter consolidado os critérios de cálculos e cobranças apresentadas pela Portaria 2.005/2020, de 22 de julho de 2020, foi registrado o faturamento no período.

Tabela 22 – Receita Líquida

Descrição	30 jul/21	01 jan/21	30 jul/20	01 jan/20
	a 30 set/21	a 30 set/21	a 30 set/20	a 30 set/20
Receita Bruta	11.321.835,06	19.477.873,77	4.382.760,07	13.204.014,53
(-) Deduções	-2.528.010,58	-4.952.014,65	-1.067.734,48	-1.102.067,03
<b>= Receita Líquida</b>	<b>8.793.824,48</b>	<b>14.525.859,12</b>	<b>3.315.025,59</b>	<b>12.101.947,50</b>

Em relação às deduções, a variação refere-se aos cancelamentos de títulos valores a receber do Pontal Sul, Formoso A, Nilo Coelho e outros perímetros, os quais não foram quitados.

### NOTA 17 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação com o período anterior, o aumento observado se dá em torno de 11%, tendo contribuído com essa performance o aumento com despesas de pessoal, despesas com prestação de serviços de terceiros e depreciação.

Em relação as despesas com pessoal, o aumento decorre da abertura de novas Superintendências Regionais e Escritórios de Representação e Apoio, nos estados de Goiás, Tocantins, Amapá, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pará. No comparativo anual, essa variação é cerca de 3,8%, no trimestral, por volta de 8,09%.

Para as despesas com prestação de serviços, as mais relevantes são referentes a energia elétrica dos diversos perímetros de irrigação e as de vigilância e segurança de obras e equipamentos, limpeza e desassoreamento das calhas do Rio São Francisco e operação e manutenção da infraestrutura de irrigação e do Projeto Pispf.

**NOTA 18 – Outras Despesas**

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme tabela abaixo:

Tabela 23 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	30 jul/21 a 30 set/21	01 jan/21 a 30 set/21	30 jul/20 a 30 set/20	01 jan/20 a 30 set/20
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	79.639.574,81	209.949.963,72	107.320.065,62	189.172.833,50
Ajuste para Perdas em Clientes	-113.370,74	5.088.216,97	-2.960.257,57	2.830.977,74
Ajuste para Perdas de Demais Créditos a Receber	113.370,74	113.370,74	2.960.257,57	2.960.257,57
Incorporação de Passivos	0,00	0,00	0,00	1.269.363,38
Desincorporação de Ativos	3.497.565,63	4.350.538,31	478.002,14	8.787.879,03
Incentivos à Cultura (vale cultura)	75.400,00	244.800,00	73.400,00	221.900,00
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	5.451.029,97	6.401.392,32	0,00	3.744.344,22
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	5.463.067,60	22.391.387,60	0,00	9.089.631,97
Restituições	24.205,43	56.559,93	16.790,96	69.734,23
<b>Total</b>	<b>94.150.843,44</b>	<b>248.596.229,59</b>	<b>107.888.258,72</b>	<b>218.146.921,64</b>

A formação do saldo de Outras Despesas teve maior influência em Transferências Voluntárias (Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar e Transferências Discricionárias a Pagar), Desincorporação de Ativos e Provisões de Riscos Fiscais (judiciais, trabalhistas e tributários).

a) Transferências Voluntárias: o aumento deve-se a recursos repassados aos Convenientes e Compromitentes, relativos a Convênios e Termos de Compromissos firmados.

b) Ajuste para Perdas: Refere-se a estimativa de perda de créditos a receber de K1 e de Titulação de Terras. Vide Nota 4 “b”.

c) Desincorporação do Ativo: Trata-se da baixa de itens do Ativo, sendo os principais para o período: baixa de bens imóveis, diversos créditos a receber e depósito para interposição de recursos.

d) Provisões de Riscos: registro das contingências trabalhistas e cíveis, conforme estimativas calculadas pela Assessoria Jurídica.

**NOTA 19 – Outras Receitas**

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Em Outras Receitas houve aumento em relação ao exercício anterior, conforme demonstra a tabela 24, a seguir:

Tabela 24 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	30 jul/21	01 jan/21	30 jul/20	01 jan/20
	a 30 set/21	a 30 set/21	a 30 set/20	a 30 set/20
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	978.472,72	978.472,72	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	57.423,12	1.682.314,92	4.158.793,05
Doações/Transferências Recebidas Consolidação	0,00	0,00	1.263.574,60	1.263.574,60
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	142.313,76	1.321.583,83	521.673,21	3.547.270,42
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	14.589.372,50	40.266.777,02	1.380.784,67	6.177.081,49
Dividendos	85.618,74	86.227,34	922,40	922,40
Reversão de Provisões	0,00	34.422.364,67	0,00	7.643.145,60
Reversão Ajuste para Perdas	6.604.964,47	11.499.306,13	1.661.376,75	1.661.376,75
Outras	3.148.695,50	3.703.250,76	36.242,84	217.138,14
<b>Total</b>	<b>25.549.437,69</b>	<b>92.335.405,59</b>	<b>6.546.889,39</b>	<b>24.669.302,45</b>

a) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Refere-se a juros incidentes sobre créditos restituídos pela Secretaria da Receita Federal, que haviam sido solicitados por meio de Perd/Comp e aguardavam homologação da Secretaria.

b) Transferências Voluntárias: refere-se à baixa de passivo de Convênios e Termos de Compromissos, que foram concluídos ou rescindidos.

b) Outros Ganhos com Incorporação: trata-se de recursos repassados a outros órgãos, para execução descentralizada – TED, e ainda depósitos judiciais efetuados. Não há incidência de tributos sobre essas receitas.

c) Ganhos com Desincorporação de Passivo: Do saldo apresentado até o 3º trim/2021, R\$ 36.010.492,82 refere-se à comprovação de TED's de 2012 e 2019, para o Ministério do Desenvolvimento Regional. R\$ 4.256.284,20 refere-se a outras baixas de obrigações de curto prazo.

d) Provisões Riscos Fiscais - reversão: Refere-se às causas cíveis e trabalhistas, com probabilidade de êxito provável, para os casos em que a Codevasf atua como ré. No 3º trim/2021 houve constituição da provisão em função do ingresso de novos casos para ações trabalhistas. Em relação as ações cíveis a alteração ocorre em função da atualização dos valores das ações em andamento.

e) Ajuste para Perdas – reversão: Trata-se de Ajuste para Perdas Estimadas sobre os valores a receber de Titulação de Terras, tendo por base o relatório de inadimplência.

## NOTA 20 – Despesas/Receitas Financeiras

### 20.1 Despesas Financeiras

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 25 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	30 jul/21 a 30 set/21	01 jan/21 a 30 set/21	30 jul/20 a 30 set/20	01 jan/20 a 30 set/20
Encargos Financeiros Dedutíveis	1.397.307,26	4.179.683,06	936.124,28	2.531.219,84
Outras Despesas Financeiras	13.744,80	70.866,56	58.276,05	260.192,15
<b>Total</b>	<b>1.411.052,06</b>	<b>4.250.549,62</b>	<b>994.400,33</b>	<b>2.791.411,99</b>

a) Encargos Financeiros Dedutíveis: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social e outros encargos financeiros.

b) Descontos Financeiros Concedidos: Descontos incidente sobre o recebimento da Tarifa D'Água K1.

c) Outras Despesas Financeiras: encargos financeiros incidentes sobre contratos e serviços, tais como energia elétrica dos perímetros de irrigação.

## 20.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações prefixadas. Do valor demonstrado, R\$ 2.714.144,42 referem-se rendimentos de aplicação financeira por meio da Conta Única do Tesouro e R\$ 443.579,39 a demais receitas financeiras.

## NOTA 21 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas

### 21.1 Subvenções de Custeio

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

Tabela 26 – Transferências Financeiras

Descrição	30 jul/21 a 30 set/21	01 jan/21 a 30 set/21	30 jul/20 a 30 set/20	01 jan/20 a 30 set/20
Subvenção de Custeio	178.180.004,68	594.908.932,81	168.799.580,07	501.273.377,88
<b>Total</b>	<b>178.180.004,68</b>	<b>594.908.932,81</b>	<b>168.799.580,07</b>	<b>501.273.377,88</b>

### 21.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representa os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da Alienação/Doação de bens.

Tabela 27 – Grupo de Ganhos/Perdas de Capital

Descrição	30 jul/21 a 30 set/21	01 jan/21 a 30 set/21	30 jul/20 a 30 set/20	01 jan/20 a 30 set/20
Custos dos Bens Baixados	-87.429.665,00	-210.606.996,37	-34.117.381,85	-114.100.872,92
<b>Total</b>	<b>-87.429.665,00</b>	<b>-210.606.996,37</b>	<b>-34.117.381,85</b>	<b>-114.100.872,92</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL****NOTA 22 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No exercício de 2021, os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos totalizam o valor de R\$ 289.463.586,42. Conforme Nota 15.2, o saldo dos recursos AFAC recebidos no exercício de 2020 não foram capitalizados, o que resulta em um saldo acumulado de R\$ 602.306.414,71.

Em relação a Ajustes de Exercícios Anteriores, a Codevasf efetuou a cobrança retroativa de títulos de Tarifa D'Água K1 referente ao exercício de 2020, conforme Nota 4, totalizando R\$ 8.121.223,64.

**NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

I – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: São basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

a) Outros débitos (riscos fiscais): Por se tratar de provisão, não afeta diretamente o Caixa da Empresa. No período houve constituição da provisão de riscos.

b) Duplicatas a Receber: O aumento decorre do faturamento da Tarifa D'Água K1, para os exercícios de 2021 (proporcional até o 3º trim) e de 2020 (integral. Vide Nota 22).

b) Fornecedores: O aumento decorre da aquisição de máquinas, equipamentos e serviços para as ações da Codevasf, no âmbito dos novos Escritórios de Representação nos estados de Goiás e Tocantins e despesas com o Perímetro Público de Irrigação de Itaparica.

c) Outros Débitos/Contas a pagar – Curto Prazo: Aumento decorre dos recursos recebidos a título de Termos de Execução Descentralizada – TED, no valor de R\$ 242.311.988,52, consignações no valor de R\$ 1.655.802,99 e, redução com Transferências Discricionárias a Pagar, no valor de (R\$ 6.189.093,10).

**NOTA 24 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

A DVA tem por objetivo proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e sua distribuição.

Na geração da riqueza gerada, o Ativo Total da Codevasf contribuiu com cerca de 2,38%. O Patrimônio Líquido com cerca de 27%. A Receita Total contribuiu para a geração com 11,48%. Na distribuição da riqueza, a participação do Governo foi na ordem de 67,64% e para Terceiros de 5,21%.

Valor Adicionado Recebido em Transferência: demonstra os valores recebidos do Tesouro Nacional a título de repasses, deduzidos dos repasses concedidos às Superintendências Regionais da Codevasf.

Remuneração de Terceiros: o valor refere-se a atualização monetária incidente sobre o saldamento do Plano de Benefícios BD I, conforme contrato firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social.

#### **NOTA 26 – PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE: CODEVASF-SAÚDE**

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. No 3º trim/2021, a Empresa repassou ao programa Codevasf-Saúde o total de R\$ 4.037.485,89. Em contrapartida, o valor recebido dos empregados, no mesmo período, foi de R\$ 4.189.165,94.

#### **NOTA 27 – ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

A CODEVASF é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento.

No 3º trimestre de 2021, o repasse a título de contribuições mensais efetuadas para a FSFSS foi de R\$ 3.733.255,87, da participação dos empregados e de R\$ 4.176.990,18, da participação da Codevasf. Em relação ao saldamento, o valor repassado à Fundação, no trimestre, foi de R\$ 1.885.521,63, cujo saldo devedor, ao final do respectivo período, é de R\$ 36.402.599,86, restando 66 parcelas.

#### **NOTA 28 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Em maio de 2021, a imprensa brasileira divulgou matérias jornalísticas, envolvendo o nome da Codevasf, com conteúdos relativos a indícios de desvios e fraudes em licitações e pagamentos em processos de aquisição de bens, no ano de 2021.

Face a essa divulgação, o Conselho de Administração determinou à Auditoria Interna da Codevasf a analisar editais e instrumentos, estando os trabalhos ainda em curso. Aliada a essa determinação, a Codevasf respondeu a questionamentos do Tribunal de Contas da União por meio dos Ofícios nºs 437/2021/PR/GB, 466/2021/PR/GB e 713/2021/PR/GB.

Complementarmente, a Controladoria Geral da União – CGU também apura a fundamentação das notícias, após demanda encaminhada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, por meio do Ofício nº 207/2021.

Até a data de levantamento das demonstrações financeiras intermediárias do 3º trim/2021 não foram apresentadas conclusões das análises e verificações.

Repiso que as suspeitas ou indícios de fraudes que a Empresa venha a tomar conhecimento são apuradas e, se confirmadas, as medidas cabíveis são adotadas na dimensão do que foi apurado e na forma da legislação vigente, e os impactos das possíveis ocorrências de fraudes e desvios, quando comprovados, serão divulgados em notas explicativas das demonstrações financeiras.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO  
Diretor-Presidente  
CPF: 008.261.025-81

RODRIGO MOURA PARENTES SAMPAIO  
Diretor de Revitalização  
CPF: 013.967.853-02

ANTÔNIO ROSENDO NETO JÚNIOR  
Diretor de Desenvolvimento Integrado  
CPF: 250.692.763-87

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO  
Diretor dos Empreendimentos de Irrigação  
CPF: 239.274.374-68

HEVERTON PERDIGÃO LUCAS DA COSTA SOUZA  
Contador CRC-DF 014.144/0-1  
CPF: 561.118.271-20